



POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 29

realização



correalização



Nossas ações contribuem para o fortalecimento dos **ODS**



POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 29

2. Investimento na oferta de assistência técnica e capacitação em práticas agroecológicas, com planos de transição agroecológica para os sistemas produtivos convencionais, objetivando contribuir com o ODS 2 da Agenda 2030 e com a Nova Agenda Urbana (NAU). Prover o acesso a alimentos, e desenvolver ações pensando também na perspectiva dos agricultores, com estratégias para grupos minoritários que precisarão de capacitação técnica para produção e comercialização de seus produtos.

3. Reconhecimento e integração da agroecologia urbana e periurbana nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), como parte das ações de mitigação e de adaptação de forma circular, fomentando a compostagem e a produção de bioinsumos; a recuperação das áreas degradadas com estímulo às agroflorestas.

II) Segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, adaptação às mudanças climáticas, e aumento do financiamento para adaptação.

Para fortalecer a segurança alimentar e nutricional em cenário de emergência climática, é essencial que a adaptação climática seja integrada às políticas alimentares, não apenas de produção de alimentos, mas também de acesso aos mesmos, garantindo a todos uma alimentação adequada, diversificada e com base em produção sustentável. Para tanto, recomendamos:

1. Aumento do financiamento internacional para iniciativas de adaptação em áreas vulneráveis, assim como o financiamento contínuo de ações de aquisição de alimentos para doação simultânea, priori-

zando sistemas produtivos que promovam soberania alimentar e valorizem a diversidade alimentar local, municipal e regional, considerando as áreas rurais e urbanas, reforçando a agroecologia nos sistemas produtivos citados.

2. Inclusão de incentivos a - e monitoramento de - práticas sustentáveis e adaptativas nos sistemas de compras públicas de alimentos e serviços de alimentação, promovendo e estimulando o acesso a alimentos saudáveis provenientes de cadeias curtas de consumo e adaptados às mudanças climáticas. Utilização de sistemas de trocas para diversificar as alimentações entre comunidades e povos, intermediado pelo Estado e com suporte da sociedade civil, incluindo rotas de transporte e acesso a mercados que são frequentemente interrompidos, dificultando o acesso a alimentos em comunidades mais isoladas.

Investimentos em infraestruturas públicas de segurança alimentar que possam responder rapidamente a choques e crises climáticas emergenciais, minimizando o risco de insegurança alimentar grave das populações vulnerabilizadas, com distribuição de alimentos e incremento da capacidade de funcionamento dos equipamentos públicos alimentares para preparação e fornecimento de refeições. Fornecimento de apoio técnico e capacitação dos agricultores em técnicas de adaptação climática, assim como treinamento e capacitação de agentes e gestores locais.

III) Financiamento para garantir remuneração justa de produtores familiares para tornar dietas saudáveis e sustentáveis mais acessíveis

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 29

Para que dietas saudáveis e sustentáveis sejam acessíveis à população em tempos de emergência climática, é essencial que produtores familiares sejam incentivados, via remuneração justa, a continuar produzindo apesar dos riscos a que suas produções estão cada vez mais expostas frente às mudanças climáticas. Para que produtoras e produtores familiares e de comunidades tradicionais permaneçam produzindo alimentos de qualidade, recomendamos:

1. A criação de fundos de cofinanciamento para produção familiar sustentável, garantindo remuneração justa e segurança financeira para enfrentar riscos climáticos. Reconhecimento, incentivos e pagamento pelos serviços ambientais gerados por meio da produção agroecológica de alimentos pela agricultura familiar.
2. Instrumentos de garantia de safra e proteção financeira para pequenos produtores, promovendo resiliência em caso de perda de produção causada por eventos climáticos extremos. Avançar na reforma agrária e no acesso à terra para

produção de alimentos, assim como priorizar a universalização do acesso aos bens naturais necessários à garantia da segurança alimentar e nutricional, como a água, energia, sementes crioulas, entre outros.

3. Tributação justa e incentivos tributários para alimentos in natura e agroecológicos, com incentivos para produção e escoamento, assegurando que as dietas sustentáveis cheguem aos consumidores com preços acessíveis.

Com estas recomendações, o LUPPA espera contribuir para que os resultados colhidos na COP 29 sobre comida e clima apontem para a superação da insegurança alimentar e nutricional numa perspectiva de atingir os objetivos perseguidos pela Agenda 2030. Sabemos que o Brasil já se prepara para sediar a COP 30 no ano de 2025. Este posicionamento do LUPPA sobre a COP 29 também caminha no sentido de preparar a nossa participação na próxima COP, que será a primeira realizada na Amazônia e que certamente vai ser uma experiência rica e desafiadora.

O LUPPA é uma plataforma colaborativa para facilitar a construção de políticas alimentares municipais integradas, participativas e com abordagem sistêmica. Um laboratório de políticas públicas responde à necessidade de ampliar o número de cidades brasileiras que elaboram políticas estratégicas e plurianuais para a alimentação. Responde também à necessidade de se ampliarem as fontes de dados e informações sobre os sistemas alimentares locais.

realização



correalização

